

NOVO	Periodicidade: Semanal
31-12-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,10,11,6,7,8,9



23 **O que podemos esperar do próximo ano**

Líderes de organizações relevantes nacionais dizem o que esperam para 2023. E o NOVO apresenta os principais temas que irão marcar os próximos meses

Eurico Brilhante Dias | Rui Tavares | Ana Rita Cavaco | Miguel Pinto Luz | Luísa Salgueiro | Miguel Albuquerque
José Manuel Bolieiro | Fernando Gomes | Paula Santos | Pedro Pinto | Inês Sousa Real | António Mendonça | Ana Jacinto
António Calçada de Sá | Heloísa Apolónia | Miguel Guimarães | Rodrigo Saraiva | Nuno Melo | Jorge Veloso |
Fernanda Almeida Pinheiro | Francisco Ferreira | João Pedro Tavares | José Manuel Constantino

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **1,10,11,6,7,8,9**

6

Especial antevisão 2023

O que podemos esperar do próximo ano



EURICO BRILHANTE DIAS

Presidente do grupo parlamentar do PS

O ano da paz e da solidariedade

O ano que agora termina ficará marcado como aquele em que a Europa viu regressar a guerra às suas fronteiras. Alguns dirão que a guerra na ex-Iugoslávia, no final do século XX, já havia trazido consigo a confrontação; é certo, mas os espasmos da queda do muro de Berlim, e a nova ordem que se lhe seguiu, não tiveram os impactos que esta invasão está a ter nas nossas vidas.

As pátrias que (re)nasceram, as revoluções que redesenharam as fronteiras da União Europeia, deixaram um novo equilíbrio que abruptamente foi posto em causa no dia 24 de Fevereiro. Com a invasão da Ucrânia voltaram os refugiados – aos milhões, como pude ver com os meus próprios olhos na estação central de Varsóvia –, regressou a pressão sobre os preços da energia e dos bens alimentares, mas também uma resposta colectiva da União Europeia ao maior desafio geopolítico da sua história. Se há parte boa nesta história, talvez seja aquela em que as democracias europeias (e norte-americanas) não transigiram e reagiram colectivamente na defesa da soberania e da paz do povo ucraniano.

O ano que começa, como sempre com a renovada esperança de um mundo melhor, enfrenta este cenário, mas com o forte desejo de que a paz prevaleça e que nestes momentos mais agudos a solidariedade não esmoreça. Cabe-nos prosseguir lado a lado, como comunidade, enfrentando esta realidade, sem tirar os olhos do futuro.

UM ANO CERTO DE INCERTEZA

Depois de um ano de 2022 incerto pela guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia, quando se esperava a recuperação do período atípico da pandemia de Covid-19, a única certeza para 2023 é que será um ano de incerteza. Esta é a opinião de 23 líderes de organizações relevantes portuguesas ouvidos pelo NOVO sobre o que podemos esperar do ano que agora vai começar



RUI TAVARES

Deputado único do Livre

Qual a pior crise?

O regresso da guerra ao continente europeu, com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, e os historicamente altos níveis de inflação atingidos em 2022, fizeram a maior parte dos observadores centrar as suas previsões para 2023 nas dificuldades da crise económica. Discordo, por duas razões; nem esta crise é predominantemente económica, nem os riscos económicos para 2023 são maiores do que a crise da representação democrática, dos direitos fundamentais e essencialmente do estado de direito.

Os preços da energia e a inflação que têm gerado, tal como a perturbação nas cadeias de distribuição, são matéria mais do que suficiente para manter os economistas entretidos. Mas os economistas não adivinharam a guerra, que gerou esses preços e essas perturbações. Pelo contrário; sentenciaram que a guerra seria impossível, porque a guerra não fazia sentido do ponto de vista económico. Mais um não-sentido a juntar a muitos outros - o Brexit, a eleição de Trump - que têm sido os mais decisivos nestes anos.

Para 2023, o risco económico continuará a ser elevado; vem aí um ano duro, apenas mitigado pelo facto de que já todos esperamos que seja duro. Mas, também por isso mesmo, tem sido menosprezado o contraponto: a verdade é que o Inverno está praticamente passado e a Europa deu provas de resiliência, a inflação pode baixar, e a dependência da Rússia diminuir, e com ela os preços da energia.

Os maiores riscos vêm de outro lado. Basta olhar para Portugal: um governo com maioria absoluta está em crise de representação; uma revisão constitucional faz-se a reboque da política política; as alternativas de governação ou não existem ou são piores. Está preparado o caldo político e cultural para uma crise profunda.

E é na cultura e na política - mais do que na economia - que as crises mais profundas nascem.



ANA RITA CAVACO

Bastonária da Ordem dos Enfermeiros

Um desafio: incomodem-se

O que é que podemos esperar do ano de 2023? Empobrecer, ver os mais novos emigrar e os serviços públicos a sucumbir. Não vale a pena dourar a pilula, até porque nisso António Costa é mestre. A realidade é o que é.

Portugal não cresce, o Governo não reforma e o triste fado lusitano é contar tostões em silêncio. Apesar de algumas boas intenções dos responsáveis políticos, nomeadamente na área da Saúde, não acredito que o próximo ano traga novidades de fundo que ajudem a corrigir injustiças antigas. Quem manda é Fernando Medina e a sua valdeade por apresentar os cofres cheios é mais forte do que a urgência de qualquer reforma. Aos enfermeiros peço determinação e coragem para travarem as lutas que têm de ser travadas, sem medos. Aos portugueses, em geral, lanço um desafio: incomodem-se. Empobrecer o viver de não estendida à espera de um cheque de António Costa não é uma inevitabilidade. Andamos adormecidos. Queremos adormecidos. A factura chegará em 2023, com a esmagadora maioria da população a viver pior do que viveu no ano que agora termina. Estranho futuro este.

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,11,6,7,8,9**

Sábado
31 de Dezembro de 2022



MIGUEL PINTO LUZ
Vice-presidente do PSD

Ano de incerteza e com lastro pesado

O final de um ano é sempre tempo de reflexão, de nostalgia, mas acima de tudo de futuro. Um novo ano é sinónimo de esperança, de projectos e de mudança. Sabemos que muitos desses sonhos ou determinações da noite de réveillon passam rapidamente ao esquecimento, e que invariavelmente só serão lembrados a cada 31 de Dezembro. Existem estas mudanças pessoais, mas existem outras esperanças que são contextuais - dependem da empresa em que trabalhamos, do governo ou, por vezes, de uma conjuntura internacional difícil de compreender. Neste particular, 2023 apresenta-se já como um ano de incerteza e com um lastro pesado de 2022. A guerra na Ucrânia não aparenta ter fim à vista e o seu prolongar no tempo será, sempre, sinónimo de dificuldades para a Europa e, claro, para Portugal. A inflação continuará a ser a nossa pior companhia e os juros já sabemos, continuarão a subir. 2023 aparece no horizonte bastante nublado e com alta probabilidade de tempestade. Infelizmente, o nosso capitão navega ao sabor da corrente, depositando no seu característico optimismo irritante os destinos desta nossa nau. Saltando entre casos e casinhos, o Governo é incapaz de definir um rumo, uma rota, esperando eternamente por uma qualquer estrela que norteie esta governação. Desejo que 2023 traga mais ambição, mais determinação, mais sucesso. É preciso acreditar em Portugal, levantar a cabeça e continuar a sonhar o futuro.



LUÍSA SALGUEIRO
Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Um ano para ajustamentos

Aproxima-se 2023, que será o primeiro ano da descentralização plena de competências para os municípios, permitindo que os serviços públicos melhorem a sua eficácia e que o país reforce a coesão territorial, resolvendo muitos dos problemas estruturais existentes. No plano interno, teremos de nos ir ajustando, com medidas estruturais, para que o país possa prosseguir um rumo de crescimento económico e de combate às desigualdades. É importante que os municípios tenham acesso aos recursos do PRR e do novo quadro comunitário, fomentando o investimento público e alavancando a economia, criando melhores condições de vida para as comunidades. A nova Lei de Finanças Locais deverá marcar 2023 com um ajustamento essencial na forma como os recursos públicos são repartidos, aproximando Portugal da média europeia no peso orçamental das autarquias no total do orçamento público. É uma lei fundamental para a consolidação de uma Democracia forte e para a eficiência da gestão dos recursos disponíveis no país. A Associação Nacional de Municípios Portugueses continuará a trabalhar para a valorização do Poder Local, contribuindo para o bem-estar de todos os portugueses e para o desenvolvimento de Portugal.



MIGUEL ALBUQUERQUE
Presidente do Governo Regional da Madeira

Manter o trajeto de crescimento

Perspetivar 2023 exige um exercício prévio, no sentido de melhor compreendermos o passado recente e o presente na Região Autónoma da Madeira. A Madeira encerrou 2019 com o PIB mais elevado da sua história. A pandemia, nos anos de 2020 e 2021, quebrou um longo ciclo de crescimento e obrigou à tomada de decisões políticas, de forma ponderada, mas célere, sem hesitações ou recuos. Priorizamos a salvaguarda da vida humana sem descuidar a alocação de recursos para o apoio social e ao tecido empresarial, elaborando, no último caso, programas que premiaram a manutenção dos postos de trabalho. Focámo-nos nestes três eixos essenciais, não só pela urgência da resposta à crise sanitária e aos seus efeitos sociais e económicos potencialmente devastadores, mas também com grande sentido estratégico e de futuro. Posso hoje afirmar, com satisfação e gratidão para com os madeirenses e os porto-santenses, que fomos capazes, em conjunto, e alicerçados num clima de confiança, de realizar um ano excepcional de crescimento da atividade económica e de criação de riqueza em praticamente todos os setores, em particular no turismo, no imobiliário, na construção e nas tecnológicas. O mercado de trabalho cresceu para números recorde e o desemprego recuou para níveis anteriores à crise financeira. E o ano de 2022 constituirá um novo marco no que concerne ao PIB regional. Não obstante fatores exógenos - guerra, crise energética, inflação - é objetivo do Governo da Região Autónoma da Madeira manter este trajeto de crescimento económico e de criação de riqueza, assente na estabilidade, na previsibilidade e na confiança, enquanto aspetos determinantes à prossecução do investimento, à manutenção e à criação de postos de trabalho e ao rendimento das famílias.



JOSÉ MANUEL BOLIEIRO
Presidente do Governo Regional dos Açores

Desafios para se ultrapassarem em conjunto

Estes últimos tempos da nossa vida coletiva têm sido muito difíceis em quase tudo. E para todos. Estamos a viver a maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos, o maior conflito bélico dos últimos 70 anos na Europa e a maior crise inflacionária dos últimos 20 anos. Importa que todos tenhamos consciência e realismo quanto a estes factos mundiais e europeus. Não podemos resolver tudo, num só instante e por decreto. Mas também é verdade que só juntos poderemos dar, com sucesso, no ano que se aproxima, passos firmes para construir soluções, no sentido de minorar as consequências destas dificuldades, com que se têm deparado as famílias - nos Açores e em todo o país - e a economia também. Ao longo destes últimos tempos, e também para o próximo ano, estão adotadas nos Açores medidas com o objetivo de aliviar os encargos sociais e fiscais das famílias, garantindo maior proteção social aos que se encontram numa situação de especial fragilidade, promovendo as necessárias respostas de apoio à infância, aos jovens, aos idosos, às famílias, às pessoas com necessidades especiais, à invalidez e à reabilitação, à pobreza e à exclusão social. Estamos atentos ao peso da fatura energética na indústria e nas famílias, e prontos para responder a emergências. O impacto das taxas de juro nas famílias açorianas será também, naturalmente, considerado. Estamos conscientes que estes e outros apoios não resolvem, na sua totalidade, os problemas e as dificuldades sentidas, mas acreditando que são um contributo de grande importância para as açorianas e açorianos num contexto complexo e exigente. São desafios difíceis, os que temos todos juntos de ultrapassar.

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,11,6,7,8,9**



FERNANDO GOMES

Presidente da Federação Portuguesa Futebol

O que é importante e vai além do futebol

Este domingo, 1 de janeiro, celebra-se o Dia Mundial da Paz e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) vai assinalar a data com o hastear da bandeira simbólica na Cidade do Futebol. Esse momento solene contará com a presença de três refugiadas – e seus filhos – da Ucrânia que a FPF acolheu e deu emprego, atenuando na medida do possível o seu sofrimento e angústia. A 4 de março, uma semana depois de a Rússia invadir a Ucrânia, a FPF criou o projeto 'Cada Clube, uma Família' para incentivar o acolhimento aos refugiados ucranianos. Os clubes aderiram de forma exemplar e o movimento foi comovente e inspirador. A 5 de outubro passado, a FPF e a Real Federação de Espanha convidaram a Ucrânia a juntar-se à candidatura ao Mundial 2030 num gesto que acima de tudo pensa na reconstrução de um país destruído pela guerra. Recordo estes três momentos quando o NOVO me pede para formular votos para 2023. Sim, claro que desejo que as seleções nacionais tenham sucesso – estarmos, por exemplo, pela primeira vez no Mundial feminino e conquistar os títulos europeus que disputaremos este ano, dos sub-21, do futsal feminino, entre outros – e que através dos clubes e dos talentos que andam pelo mundo reforçemos a marca do futebol português – mas, confesso, ao meu pensamento vêm imediatamente os rostos da Valentyna, da Slava e da Olena. O desejo de poder ajudá-las a reencontrar as suas famílias e voltar às suas casas, torna tudo o resto quase irrelevante. O futebol é muito importante nas nossas vidas e mais ainda de quem a ele se dedica. Mas será ainda mais importante se contribuir para a união dos povos e a paz no mundo.



PAULA SANTOS

Presidente do grupo parlamentar do PCP

Elevar as condições de vida e combater as desigualdades

Perante o agravamento das condições de vida, das desigualdades e das injustiças, do aumento especulativo dos preços e da degradação dos serviços públicos, em 2023 é prioritário a recuperação e valorização do poder de compra dos salários, das reformas e das pensões, o combate à especulação e o controlo e fixação de preços de bens e serviços essenciais, o reforço dos serviços públicos, em particular do SNS e da Escola Pública, a garantia do acesso à habitação e a proteção da morada de família, a promoção da produção nacional, para criar riqueza e emprego com direitos e reduzir a dependência do País. O reforço dos direitos dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, das crianças e dos pais, dos jovens, a defesa da Constituição da República, dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados, constituem prioridades na nossa intervenção. A intervenção e luta pela paz, pela proteção do ambiente, por uma justa distribuição da riqueza, pelo combate à exploração, às injustiças e às desigualdades e pela elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo, também estarão presentes na nossa intervenção. A situação económica e social revela que a política de direita não dá resposta aos problemas que afetam os trabalhadores e o povo, e que é necessária uma política alternativa, patriótica e de esquerda, para um futuro de progresso social e desenvolvimento.



PEDRO PINTO

Presidente do grupo parlamentar do Chega

Um ano difícil para os portugueses

O ano de 2023 será, infelizmente, muito difícil para os portugueses. As previsões do Governo, apesar do optimismo habitual, mas sem a sensatez necessária, são, na verdade, um truque ilusionista de António Costa. Nas pensões, o aumento será menor que o anunciado, com a desculpa que em Outubro já foi atribuída metade da reforma. A verdade é que os pensionistas terão um menor poder de compra. Com o aumento da inflação, o crescimento do país ficará abaixo das expectativas e os portugueses terão ainda mais dificuldades devido ao constante aumento do preço dos combustíveis, das portagens, dos bens alimentares essenciais e dos créditos à habitação que estão a alcançar valores incomportáveis para a larga maioria das famílias. Face a todo este cenário negativo, a única certeza é a de que o Chega continuará a ser uma voz activa no combate à corrupção, fazendo uma oposição séria e concreta, questionando o Governo sobre o que tem de ser questionado e o PS sabe que, da bancada parlamentar do Chega, terá a mais firme oposição. Continuaremos a pedir a presença de ministros no Parlamento, quando assim se justifique, e continuaremos a pedir comissões de inquérito quando for necessário, mesmo sabendo que pela frente teremos uma maioria absoluta prepotente e totalitarista.



INÊS SOUSA REAL

Porta-voz do PAN

Justiça para as pessoas, para o planeta e para os animais

Em 2023 antevê-se um agravamento da crise social e das dificuldades das famílias ao nível económico, pelo que o PAN espera que o Primeiro Ministro não se esqueça desde logo que uma maioria absoluta não significa poder absoluto como ele próprio referiu na tomada de posse, comprometendo o nosso sistema democrático e a capacidade de diálogo em prol das respostas aos vários desafios que o país enfrenta. É urgente que a prioridade seja acudir à crise económica e social e que o Governo acolha as propostas de IVA Zero do cabaz essencial, da tarifa social do gás e da regulamentação dos preços da energia. Por outro lado ambicionamos uma transição verde que responda efetivamente à crise climática e a uma maior proteção ambiental e da biodiversidade, regulamentando-se a Lei de Bases do Clima e garantindo que o ordenamento do território respeita a preservação dos espaços verdes. Apesar das conquistas dos últimos anos, as decisões recentes do Tribunal Constitucional e do caso de Santo Tirso, evidenciam que é fundamental a manutenção da tutela penal de proteção dos animais de companhia, alargando-a aos demais animais sencientes e a sua inclusão expressa na nossa Constituição, para que os crimes praticados contra os animais não permaneçam impunes.

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,11,6,7,8,9**



ANTÓNIO MENDONÇA

Bastardiário da Ordem dos Economistas

Bom senso, precisa-se

Os tempos que se estão a viver são complexos e perigosos.

Complexos porque se atravessa uma situação inédita, pelo menos nas gerações em vida, de confluência de perturbações económicas, com perturbações sanitárias a que se junta uma guerra que cada vez mais ganha contornos de conflito geopolítico global.

Perigosos, porque se vive na ameaça da transformação de um espaço restrito de confronto bélico numa guerra de dimensão geográfica global.

Para 2023, as perspetivas são de acentuação de todos os fatores negativos, em particular os que se traduzem na deterioração da situação económica, com todas as consequências que isso acarreta no plano social e político.

Espera-se que da parte dos responsáveis económicos e políticos haja o bom senso de atuar no sentido de resolver os problemas. Desde logo, no plano económico, evitando cair na armadilha de que a recessão controlada é a resposta para a dinâmica inflacionária atual e de que a normalização da política monetária através da subida acelerada das taxas de juro é o instrumento adequado.

Mas também no plano político, privilegiando a coordenação de políticas, evitando as decisões unilaterais e reforçando a intervenção das instituições internacionais. Uma palavra, ainda, para Portugal e o papel da Ordem dos Economistas.

Pelo empenho reconhecido no projeto europeu, pela projeção que desfruta no sistema de relações internacionais, pelas características históricas e culturais, Portugal dispõe de um potencial de intervenção que deve ser utilizado na produção do bom senso que é necessário para tornar 2023 um ano de recuperação da confiança internacional.

E a Ordem dos Economistas, em ano que é também de comemoração do seu 25º aniversário, não deixará de mobilizar a classe para que assuma com redobrada exigência, rigor e ética, as suas responsabilidades profissionais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento do país e a afirmação do seu prestígio internacional.



ANA JACINTO

Secretária-geral da AHRESP

Ano de incertezas, é a única certeza

Este ano de 2023 será, seguramente, um ano de muitas incertezas. Incertezas económicas e sociais.

Se é certo que o amainar da pandemia e o fim das restrições deram algumas tréguas às estranhaladas tesourarias das empresas e algum ânimo aos nossos empresários e às pessoas que com eles trabalham, não menos certo é o caminho incerto e de inúmeros obstáculos que temos pela frente.

Prefiguram-se como ameaças mais visíveis o rumo que a guerra na Ucrânia irá tomar, a trajetória da inflação e das taxas de juro e uma possível recessão da economia mundial, com impacto negativo em quase todos os quadrantes, dos negócios às famílias, até à nossa economia na sua globalidade.

Contudo, o turismo tem dado constantes provas da sua capacidade impar para ser o motor da economia portuguesa, até pelo efeito multiplicador que tem noutras atividades económicas, e acredito que continuará a comandá-la e a impulsioná-la. Mas para isso é necessário que o ambiente em que se desenvolvem as empresas seja mais amigável, para que possam crescer de forma sustentada e sustentável, ampliem o emprego e contribuam para o bem-estar económico e social.

Um alívio da carga fiscal e burocrática para quem contribui para quem quer investir seriam medidas positivas e com retorno. Espero que o novo ano nos possa trazer boas novas.

Muito provavelmente, 2023 vai assemelhar-se a uma exigente maratona numa altura em que o baço de oxigénio, que já crescia, se está a esvaziar. Deem-nos fôlego para o voltar a encher.



ANTÓNIO CALÇADA DE SÁ

Presidente do Conselho da Diáspora Portuguesa

Tempo para projectos, execução e resultados

A nível global, as notícias para 2023 não são boas. A maior certeza que temos é que continuaremos a ter muita incerteza: impacto da guerra na Ucrânia, inflação, risco de recessão ou estagnação nas economias mundiais; incerteza quanto à evolução dos preços da energia, incerteza na situação geopolítica e na geoestratégia da China e dos Estados Unidos. Teremos mais incerteza em 2023 e convém estarmos preparados para ela.

Surtem três perguntas: neste contexto vamos ser capazes de proteger a nossa economia e o emprego? – A resposta é sim, é possível, mas teremos de gerir a crise sem improvisos, e sem inventar a roda, utilizando adequadamente os instrumentos tanto de política monetária como de política orçamental. Segunda pergunta: como vamos proteger a economia e o emprego sem esquecer os grandes projectos estruturais e as metas da transição energética e da transformação industrial e digital? – Podemos fazê-lo acelerando e melhorando as nossas competências de execução; não pode haver atrasos. E a terceira pergunta: as medidas mais restritivas de política monetária e a moderação na política orçamental vão chocar com o crescimento da economia? Sim, é provável, mas a arte será balancear controlo de inflação e crescimento. Se temos de começar por algum lado, devemos começar pelo combate à inflação, sem dúvida.

Só poderemos abordar estas três questões se tivermos um bom diagnóstico, se tivermos um consenso nacional suficiente, e se tivermos a firme determinação para executar as medidas necessárias. No curto prazo, temos de enfrentar um 2023 "mais duro", com um crescimento baixo da economia, inflação alta e taxas de juro também mais altas. Neste contexto, torna-se crítico proteger ou melhorar a eficiência e a competitividade do nosso tecido empresarial. Temos, ainda, de cumprir o calendário e assegurar os investimentos previstos através da execução dos grandes projetos estruturais do PRR e do PT2030; estamos a falar de 100 mil milhões de euros. O dinheiro estará lá; trata-se, portanto, de projectos, execução e resultados.



HELOÍSA APOLÓNIA

Membra Comissão Executiva do PEV

Precisamos de mais ecologia

2023, muito provavelmente, voltará a ser um ano em que seremos fustigados pelos extremos climáticos, quer com secas severas no verão, com implicações no flagelo dos fogos florestais, quer com intempéries fortes que provocam cheias e inundações significativas. Tudo isto é agravado por erros que se foram cometendo ao longo de décadas, tais como as extensas monoculturas de eucalipto ou as construções em leito de cheias e a impermeabilização irracional dos solos.

O problema é que não se vislumbra uma vontade política efetiva, por parte do Governo, para inverter estas situações e, por isso, em 2023 continuar-se-á a correr atrás do prejuízo, repletos de planos e estratégias cheios de floreios bonitos, mas sem medidas eficazes e sem investimento necessário para mitigar as alterações climáticas e promover uma política de adaptação a este fenómeno global com impactos necessariamente nacionais e locais.

Por outro lado, tendo em conta o OE para 2023, no próximo ano a generalidade das famílias continuará a perder poder de compra. Os ordenados e as pensões sofrem reduções reais, enquanto os preços dos produtos alimentares, da habitação, da energia, e outros, continuam bastante elevados. Entretanto, as grandes empresas energéticas e da distribuição alimentar vão, «miraculosamente», lucrando mais e mais, fazendo da especulação o seu instrumento de riqueza. As perspetivas não parecem, pois, animadoras.

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **1,10,11,6,7,8,9**



MIGUEL GUIMARÃES

Bastonário da Ordem dos Médicos

O futuro da Saúde é hoje

Tornou-se público esta semana o louvor colectivo de reconhecimento a todos os médicos de Portugal. É preciso também cuidar de quem cuida. Os médicos continuam a estar envolvidos no esforço hercúleo nacional de continuar a lutar por mais e melhor acesso a cuidados de saúde a todos os portugueses. A saúde dos doentes será sempre a nossa primeira preocupação. Aos médicos que ficarão como já é hábito longe das suas famílias, de modo a garantir as escalas nos hospitais e nos cuidados de saúde primários, ao serviço dos doentes, fica a nossa eterna gratidão. Espero que se comece de uma vez por todas a valorizar o trabalho e a formação dos médicos: 13 anos no ensino superior, repleto de conhecimentos, competências e enorme responsabilidade. E que se criem as condições globais de trabalho que permitam aos médicos optar por ficar no SNS, mas longe do burnout, do sofrimento ético e da violência. Que 2023 traga esperança e confiança renovadas num mundo melhor e mais seguro, que permita construir uma Saúde mais forte. O futuro é hoje e o contributo de todos é determinante para os desafios que enfrentamos na Saúde. Espero para os portugueses um 2023 com mais e melhor acesso a cuidados de saúde.



RODRIGO SARAIVA

Presidente da bancada parlamentar da IL

Mais um ano de luta pela liberdade

Para um liberal, a liberdade é o valor mais importante. Por isso, 2023 será mais um ano em que teremos a responsabilidade de lutar pela Liberdade, em Portugal e por todo o Mundo. Por cá, continuaremos a insistir para que haja liberdade de escolha na Saúde e na Educação, a defender a redução de impostos, a combater a burocracia, a eliminar leis e multas injustas e pugnar por uma justiça mais célere. Isto é criar mais condições de liberdade para pessoas e empresas. A luta pela liberdade é fazer oposição a um governo que, por cálculo político, não faz as reformas necessárias, incluindo as da Segurança Social e da Administração Pública. Um Governo que nega a realidade e um primeiro-ministro que afirma com despudor que Portugal está mais perto dos países mais desenvolvidos da Europa, quando o país caminha para ser a lanterna vermelha em diversos indicadores. Lutar pela liberdade será também resistir firmemente às restrições a direitos e liberdades individuais que as propostas do PS e do PSD de revisão constitucional representam. A Iniciativa Liberal junta-se, igualmente, à luta pela liberdade e pelos direitos humanos de outros povos, na Ucrânia, no Irão ou em qualquer outro país. Os valores do estado de Direito e da democracia liberal são de todos e cabe a todos os democratas a sua defesa.



NUNO MELO

Presidente do CDS-PP

Três desejos para 2023

O que espera de 2023 ? Feita assim a pergunta, que se presume circunscrita ao universo da política, deixaria três desejos: 1 - No plano internacional: A guerra na Ucrânia, com impacto global, é uma tragédia que a humanidade espera termine mais cedo, do que tarde. A loucura da agressão russa mata inocentes e destrói cidades, com uma violência quase medieval, que se julgaria impensável em pleno século XXI. Por seu lado, a inflação, a escassez de produtos e o aumento dos preços, mostram-nos que ninguém está verdadeiramente imune ao conflito. Espero, a começar, que a Paz aconteça. 2 - No plano nacional: O governo socialista tem a maioria absoluta mais absolutamente instável da democracia em Portugal. Desde a tomada de posse em Março, soma substituições de governantes ao ritmo de um por mês e casos à razão de um por quinzena. Um Governo assim incompetente, que nos arrasta para o fundo, não é bom para Portugal. Eleições antecipadas são mesmo a "chicotada psicológica" de que Portugal precisa. 3 - No plano partidário: A saída da Assembleia da República trouxe ao CDS novos desafios. Mas, apesar da menor exposição mediática e dos poucos recursos financeiros, a motivação dos militantes e dirigentes do partido é muito grande. Por vezes, das crises saem as melhores oportunidades. 2022 foi um ano de resistência. Que 2023 inicie o ciclo de crescimento que devolverá o CDS ao Parlamento, porque o CDS faz falta a Portugal.



JORGE VELOSO

Presidente da Associação Nacional de Freguesias

O que espero para 2023?

Espero um ano muito difícil, onde a área social terá de ser encarada como um desafio para todas as Freguesias. Habitação, emprego e melhoria das condições de vida das populações, terá de ser uma forte aposta das Freguesias e das suas Comissões Sociais de Freguesia. Noutro âmbito, queremos que a gestão das nossas autarquias seja uma gestão equilibrada, autónoma e com qualidade. Para que tal seja possível, elegemos como prioritários os seguintes eixos: Revisão da Lei das Finanças Locais: repor a capacidade financeira das Freguesias, garantindo uma justa repartição de recursos públicos e o consequente aumento do FFF, neste momento cumprindo o acordado, ou seja 2,5% da receita da recolha de impostos pelo Estado, com vista à execução das suas atribuições e competências, através de uma nova Lei de Financiamento. Revisão do Estatuto do Eleito Local: com o alargamento do regime de permanência e meio-tempo atribuído a todos os autarcas de Freguesia, a ANAFRE, quer suscitar a concretização, a curto-prazo, de um novo Estatuto do Eleito Local que reúna, em diploma único, todas as regras que lhe respeitem, evitando a dispersão de legislação que constrija a sua articulação, dificulta a sua interpretação e aplicação, acautelando a dignificação dos Autarcas e facilitando o seu trabalho. Fundos comunitários: A ANAFRE tem como objetivo para 2023, que as Freguesias sejam elegíveis na apresentação de candidaturas próprias ao PT 2030. Este será mais um passo muito importante, para a dignificação das Freguesias de Portugal. Descentralização: defender uma reorganização do território e Transferência de Competências, onde se inclui o processo de regionalização que, de forma clara, defina as competências e financiamento de cada subsetor e que seja propiciadora de uma igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

NOVO

31-12-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,11,6,7,8,9**



FERNANDA DE ALMEIDA PINHEIRO

Bastonária-eleita da Ordem dos Advogados

Um ano para construir um futuro melhor

O ano de 2022 começou da forma mais inesperada com uma guerra na Europa, marcando este ano de forma brutal e negativa e com consequências que permanecerão, necessariamente, nos anos vindouros. Por via disso, 2023 será um ano de incertezas e dificuldades na vida dos portugueses/as e, naturalmente, na vida da Advocacia portuguesa.

Nestes cenários, o que se espera é que as várias instituições estejam à altura dos acontecimentos e sejam capazes de dar a resposta necessária à sociedade.

Da nossa parte estaremos empenhados/as em garantir que a Advocacia consiga fazer frente aos enormes desafios que se avizinham, colocando a Ordem dos Advogados a colaborar com a classe e com as pessoas.

A escalada na inflação, a subida das taxas de juro e o aumento dos preços dos bens essenciais trarão constrangimentos óbvios às famílias portuguesas e a disponibilidade financeira para a defesa dos seus direitos cairá para o final da sua lista de prioridades.

Cabe, pois, ao Estado, garantir que os cidadãos/as não sejam prejudicados na defesa dos seus legítimos direitos e essa proteção faz-se, acreditamos, através de um alargamento do sistema de acesso ao direito para quem dele necessita possa beneficiar do mesmo.

Assim, nesta matéria, esperamos que 2023 traga um verdadeiro acesso à justiça e que sobretudo traga a paz que a Europa necessita para recuperar e garantir maior prosperidade, igualdade e felicidade aos seus cidadãos/as.

Estou convicta que com os apoios necessários a sociedade portuguesa, (que se é sempre resiliente), conseguirá fazer do próximo ano de 2023, um ano que nos catapulte para um futuro melhor.



FRANCISCO FERREIRA

Presidente da associação Zero

Que não seja mais uma oportunidade perdida

À escala de Portugal, espero que 2023 seja o ano da implementação de um conjunto de políticas e decisões atrasadas, em particular a regulamentação da Lei de Bases do Clima, o cumprimento das metas de biodiversidade, principalmente na expansão de áreas protegidas marinhas, mas também na criação de uma floresta mais resiliente aos fogos, a redução das embalagens no caminho para o cumprimento de metas de reutilização e reciclagem, bem como a recolha seletiva e adequado tratamento dos chamados bioresíduos. O que se passou no ano que agora termina foi muito claro - não temos um país, e em particular um território, preparados para lidar com secas e cheias, agravadas pelas alterações climáticas. Este tema, bem como a biodiversidade e o consumo excessivo de recursos, deverão continuar a ser em 2023 as prioridades mundiais das negociações nas Nações Unidas para assegurar a sobrevivência do planeta e da humanidade.

O tempo é cada vez mais curto para agirmos e espero que consigamos tornar muitas das decisões em ações relevantes, desde cada um de nós, passando pelas autarquias e países até à escala global. Vivemos num planeta com limites e o próximo ano não pode ser mais uma oportunidade perdida.



JOÃO PEDRO TAVARES

Presidente da ACEGE

Desafios num tempo estranho, mas de esperança

Um dos maiores desafios que se coloca às empresas em 2023 é serem, cada vez mais, agentes e motores que contribuem para o desenvolvimento económico e humano de Portugal assumindo, uma responsabilidade crescente na luta contra a pobreza, em particular, na defesa dos seus colaboradores mais pobres. Uma ação muito para lá das tradicionais fronteiras, que permita adotar modelos de desenvolvimento fundados no propósito, na missão e nos valores.

No próximo ano e perante as situações de pobreza crescente existente cabe-nos, enquanto líderes empresariais, tomarmos esta responsabilidade como um desígnio pessoal e envolvermo-nos em redes que permitam atingir este propósito maior: contribuir para a erradicação da pobreza, em particular daqueles que trabalham nas nossas empresas. A desigualdade, a fome ou a pobreza com nome toca-nos de perto, envolve-nos e compromete-nos a agir.

As empresas e os seus líderes não têm toda a responsabilidade, mas naquela que tiverem não se devem demitir nem olhar com indiferença. Se não o fizerem, não será por falta de capacidade, meios, ou conhecimento, mas por pouca disponibilidade interior, indiferença, ou falta de foco.

O Papa deixou-nos esse enorme desafio: "Tenham os pobres presentes nos vossos corações e nas decisões das vossas empresas". Que 2023 seja decisivo para esta nova forma das empresas e dos líderes atuarem.

A ACEGE tudo fará para inspirar e acompanhar todos aqueles que queiram fazer este caminho.



JOSÉ MANUEL CONSTANTINO

Presidente do Comité Olímpico Portugal

Um mundo mais pacífico, solidário e com confiança

Em 2023 desejaria encontrar um mundo mais pacífico não apenas em relação à guerra numa parte da Europa como em outras geografias do mundo.

Desejaria encontrar um mundo mais solidário e menos desigual.

Desejaria encontrar um mundo onde a esperança não fosse derrotada pelo pessimismo.

No que diz respeito à área profissional desejaria que o próximo ano estabilizasse o processo de preparação desportiva para os Jogos Olímpicos de Paris e permitisse aos atletas nacionais iniciarem o respetivo processo de apuramento com indicadores que aumentassem a participação nacional, a diversidade de modalidades representadas e equilíbrio na representação de sexos.

Desejaria que o desporto tivesse mais espaço na agenda política do Governo e ela não ficasse preenchida, apenas, com este ou aquele evento desportivo, por mais relevante que seja.

E finalmente desejaria que se reforçassem os mecanismos de confiança entre governantes e governados atendendo a que a confiança é um capital invisível, mas que é determinante para o desenvolvimento do País.